



MINUTA DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO SRP COM ITENS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS E ITENS NÃO EXCLUSIVOS Nº 037/2023

INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2023 Processo Administrativo n.º 12.843/2023

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município de São Gonçalo, por intermédio da **Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos**, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo **menor preço por item**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, do Decreto Municipal nº 093, de 15 de março de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas atualizações, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Lei Municipal nº 357/2011, a Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 03/2018, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Decreto Municipal nº 057/2009 de 11 de março de 2009 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 20/12/2023

Horário: 10:00

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a futura e eventual aquisição de materiais de limpeza e de descartáveis que serão utilizados pela Secretaria Municipal de Administração e Secretarias beneficiárias, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Administração.

2.1. Não existem outros órgãos participantes nesta licitação.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.



3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

3.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, com propósito de estimular e incentivar fomento de competidores para o certame o qual deflui em persecução a proposta mais vantajosa, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto Municipal nº 057, de 2009.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

2.1. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na ata de registro de preço para o órgão gerenciador e órgãos participantes, na forma do artigo 8º, §3º do Decreto Municipal 057/09 e, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

4.3. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.4. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.4.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.



5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

5.1. Poderão participar desta licitação os interessados que atendam a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos, cuja finalidade social abranja o objeto deste certame, sendo que para os **Itens Exclusivos** correspondentes aos itens com valores máximos estimados de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), destinados **exclusivamente** a participação de **MEI/ME/EPP e Equiparadas que são os itens:** 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45 e 46, conforme dispõe a Lei Complementar nº. 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº. 147/2014 e, para os **itens NÃO EXCLUSIVOS** correspondentes aos itens com valores estimados acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) que são os itens: 6, 30, 31, 35, 37 e 38 todos identificados na Proposta Comercial – Anexo II do Edital, destinados a participação tanto de **MEI/ME/EPP e Equiparadas** como também de quaisquer empresas especializadas no ramo, legalmente constituídas e que atendam a todas as exigências estabelecidas neste Edital e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018.

5.1.1. Na hipótese de deserção ou fracasso dos itens destinados à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas na forma do item anterior, será realizada a republicação do edital, com ampla participação, sem exclusividade para os respectivos itens, o que será precedido de competente justificativa e autorização pelas autoridades competentes.

5.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.2.3. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

5.2.4. empresas que se encontrem sob o regime falimentar **As empresas em recuperação judicial que tenham seu plano de recuperação aprovado pelo juízo competente poderão participar do certame;**

5.2.5. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

5.3. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.3.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

5.3.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

5.3.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;



5.3.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

5.4. Para fins de deste Edital, entende-se por Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte aptas a participar do presente certame aquelas definidas no Artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06 e que não se enquadram em nenhuma das situações previstas no § 4º deste mesmo Artigo 3º da Lei Complementar 123/06.

5.4.1. Entende-se por Microempreendedores Individuais aptos a participar do presente certame aqueles definidos na Lei Complementar 128/08.

5.4.2. Os Microempreendedores Individuais, as Microempresas e as Empresas de Pequenos Porte doravante serão designadas respectivamente por MEI/ME/EPP.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital e seus anexos, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital e seus anexos, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.8. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

6.9. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema Comprasnet e concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital e seus anexos, proposta, em formato PDF único, com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

7.2. Deverá constar na proposta:

7.2.1. Valor unitário e total do item ou percentual de desconto em algarismo, expresso em reais, com duas casas decimais, e o total por extenso;

7.2.2. Marca;

7.2.3. Modelo;

7.2.4. Fabricante;

7.2.5. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável, fabricante, modelo, ano de fabricação, prazo de validade ou de garantia, número do lote, número do registro ou inscrição no órgão competente, quando for o caso.

7.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a CONTRATADA.

7.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.7. O descumprimento das regras supramencionadas por parte das licitantes pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado e da União, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A aceitação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito nas fases subsequentes.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, limitado a quatro casas decimais.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 01 (um) centavo.

8.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;



- 8.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.19. O Critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 8.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 8.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 8.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 8.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 8.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- 8.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 8.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- 8.28.1. No país;



8.28.2. Por empresas brasileiras;

8.28.3. Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;

8.28.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.31. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.32. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos anexos e documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.33. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto Municipal n.º 093/2021.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

9.4. A proposta de preço contendo as especificações detalhadas dos itens ofertados, com o valor atualizado da licitante detentora da melhor oferta; A proposta vencedora, DEVERÁ ser enviada ELETRONICAMENTE, NO PRAZO DE 24 (vinte e quatro) horas contando da solicitação do Pregoeiro, por meio da opção “ENVIAR ANEXO” do Portal Comprasnet, em arquivo único (conforme IN nº03/2018 MPOG art. 21, VI).



9.4.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

9.5. Caso a Licitante não logre êxito em enviar eletronicamente ou equivocar-se no envio do arquivo através do sítio oficial (COMPRASNET), deverá oficializar a solicitação ao Pregoeiro da reabertura do prazo remanescente no sistema, através de e-mail: pregaoeletronico@pmsg.rj.gov.br contendo o “*printscreen*” da tela e aviso por telefone (21) 2199-6382. Tal solicitação não será garantia da reabertura de prazo após a análise do Pregoeiro.

9.6. Caso o sítio oficial (COMPRASNET) esteja indisponível, deverá registrar através da Plataforma de Atendimento disponível no Portal de Compras Governamentais (<http://portaldeservicos.planejamento.gov.br> ou 0800-978-9001) um acionamento do ocorrido, remetendo o protocolo através de e-mail: pregaoeletronico@pmsg.rj.gov.br e aviso por telefone (21) 2199-6382 ao Pregoeiro para reabertura do prazo remanescente no sistema. Após análise do Pregoeiro em consulta ao SERPRO, tal solicitação não será garantia da reabertura de prazo.

9.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.8. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.10. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.11. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.12. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.13. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

10.1.1. SICAF;

10.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

10.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

10.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:7263467310545:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO);

10.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.6. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.7. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.8. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.1.9. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.10. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

10.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

10.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.



10.2.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de inabilitação.

10.2.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitaís quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.2.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.2.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.2.8. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.2.9. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

10.2.10. Ressalvado o disposto no item **10.2**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.3. Habilitação jurídica:

10.3.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.3.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.3.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.3.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de o participante ser sucursal, filial ou agência;

10.3.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.3.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/71.



10.4. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.5. Regularidade fiscal e trabalhista:

10.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

10.5.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

10.5.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

10.5.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.5.5. Prova de regularidade para com o Estado da sua sede, através da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos e da Dívida Ativa;

10.5.6. Prova de regularidade para com o Município da sua sede, através da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos e da Dívida Ativa;

10.5.7. Caso a licitante seja considerado isento de inscrição e/ou dos tributos federais, estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração das respectivas Fazendas do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.5.8. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.5.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.5.10. Todos os documentos constantes nos subitens acima deverão ter validade na data estipulada no preâmbulo do Edital para envio da proposta.

10.5.11. Caso a licitante detentor do menor preço seja Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, ou Sociedade Cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para que receba o tratamento diferenciado previsto na legislação, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de Regularidade Fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.5.12. A não apresentação de quaisquer dos documentos exigidos ocasionará a imediata inabilitação da licitante.

10.6. Qualificação Econômico-Financeira.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

10.6.1. Certidão negativa de falência(s) ou recuperação(ões) judicial(is) expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

10.6.2. A licitante que tenha sede onde na Comarca já esteja em funcionamento o Processo Judicial Eletrônico-PJe, a Certidão de falência(s) ou recuperação(ões) judicial(is) deverá ser requerida diretamente ao Tribunal de Justiça do Estado-TJe.

10.6.3. As certidões descritas no **subitem 10.6.1** que não possuam prazo de validade expresse deverão ter sido expedidas há menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta.

10.6.4. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

10.6.5. Não serão aceitos documentos contábeis com indicação de CNPJ ou NIRE diferentes do da licitante.

10.6.6. É vedada a sua substituição por Balancetes ou Balanços provisórios.

10.6.7. O prazo de vigência das Demonstrações Contábeis, e consequente aceitação destas, será considerado conforme previsto no inciso I art. 1.078 do Código Civil.

10.6.8. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a apresentação de Balanço Patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015).

10.6.9. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

10.6.10. É admissível o Balanço intermediário, se decorrer de lei ou Contrato Social/Estatuto Social.

10.6.11. Caso a licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10.6.12. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), em que se encontre resultados superiores a 1 (um), conforme aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$



10.6.13. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o Capital mínimo ou o Patrimônio Líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

10.7. Qualificação Técnica

10.7.1. Além da habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista, conforme determina a Lei nº 8.666/93, será considerada habilitada no certame, além das exigências administrativas e legais especificadas no Edital, a empresa que apresentar:

10.7.1.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica em seu nome, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, comprovando a capacidade para fornecer o objeto desta licitação.

10.7.1.2. Caso tenha havido alteração na razão social e o atestado de capacidade técnica tenha sido com o nome anterior da empresa, esta deverá anexar à documentação cópia da respectiva alteração contratual, devidamente autenticada pela Junta Comercial.

10.7.1.3. Será permitido o somatório de atestados.

10.7.1.4. Conforme previsto no art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93, o CONTRATANTE poderá realizar diligência/visita técnica, a fim de se comprovar a veracidade do(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentado(s) pela LICITANTE, quando, poderá ser requerida cópia do(s) contrato(s), nota(s) fiscal(is) ou qualquer outro documento que comprove inequivocamente que o fornecimento apresentado no(s) atestado(s) foi(ram) realizado(s). Encontrada divergência entre o especificado nos atestados e o apurado em eventual diligência, além da desclassificação no processo licitatório, fica sujeita a licitante às penalidades cabíveis.

10.7.2. Não será aceito atestado de capacidade técnica emitido pela própria licitante.

10.8. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

10.9. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.10. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.11. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.



10.11.1. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.13. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.14. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.15. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

10.16. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

10.17. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.18. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

10.19. Em caso de anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, deverá ser comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente, sob pena de inabilitação.

10.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, a contada solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, **conforme os subitens 9.4 a 9.7 deste edital**, e deverá:

11.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.



11.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

11.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

11.5. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.7. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.8. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11.8.1. A proposta final deverá ser encaminhada com os respectivos manuais, encartes/*folders*, *se for o caso* e demais informações pertinentes ao(s) respectivo(s) lote(s) vencidos no certame.

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias **corridos** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15. DO PREÇO

15.1. Os preços são fixos e irredutíveis.

15.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto Municipal nº 057, de 2009.

16. DO PAGAMENTO

16.1. Os pagamentos serão creditados em conta corrente de titularidade da CONTRATADA, desde que o pedido seja instruído com:



- a) Nota Fiscal devidamente atestada pelos 02 (dois) Fiscais do Contrato;
- b) Certidão de Regularidade do Empregador (FGTS);
- c) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; e
- e) Certidão de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Pública Municipal de São Gonçalo.

16.2. O pagamento não poderá ser superior ao prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento da respectiva parcela.

16.3. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados ao fornecimento e montagem dos bens, assim como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

Sendo:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e o pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de Compensação Financeira Diária = 0,00016438, assim apurado:

$$I \text{ Anual} = 6\%; I \text{ Diário} = I \text{ Anual}/365; I \text{ Diário} = (6/100/365) = 0,000164384.$$

17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



17.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

17.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

17.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

17.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

18. DO TERMO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

18.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

18.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da data de seu recebimento.

18.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

18.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

18.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

18.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;



18.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

18.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses.

18.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

18.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

18.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

19.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

21.1.1. Não assinar o contrato quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a nota de empenho dentro do prazo.

21.1.2. Apresentar documentação falsa;

21.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

21.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.5. Não manter a proposta;

21.1.6. Cometer fraude fiscal;

21.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

21.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

21.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

21.4.2. Multa de **0,33% (zero vírgula trinta e três por cento)** sobre o valor do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta da licitante;

21.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com o Município de São Gonçalo e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

21.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

21.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

21.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.



21.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2. A impugnação será realizada na forma eletrônica, por meio do e-mail pregaoeletronico@pmsg.rj.gov.br.

22.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

22.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.9. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br> e <https://servicos.pmsg.rj.gov.br/licitacao/> e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos, endereço Av. Presidente Kennedy, nº 765, Estrela do Norte, SG, nos dias úteis, no horário das 9:00 horas às 16:30 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Proposta Comercial

ANEXO III – Planilha Orçamentária;

ANEXO IV – Ata de Registro de Preços;

São Gonçalo, 07 de Dezembro de 2023.

LEONARDO NEVES DOS SANTOS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

Matrícula nº 122.993

ANEXO I



TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO

Intenção de Registro de Preços:

☒ Sim ☐ Não

1. DA INTRODUÇÃO

1.1. O Município de São Gonçalo, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, deflagra o presente Termo de Referência visando à instauração de procedimento licitatório, cujo objeto é a formação de registro de preços para aquisição futura e eventual de **materiais de limpeza e de descartáveis** que serão utilizados pela Secretaria Municipal de Administração e Secretarias beneficiárias.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto do presente Termo de Referência é a formação de registro de preços para aquisição futura e eventual de **materiais de limpeza e de descartáveis** que serão utilizados pela Secretaria Municipal de Administração, que será o Órgão Gestor, e pelas seguintes Secretarias Municipais que serão beneficiadas: Secretaria Municipal de Gestão Integrada e Projetos Especiais – SEMGIPE, de Assistência Social – SEMAS, de Compras e Suprimentos – SEMCOMP, de Fazenda – SEMFA, de Desenvolvimento Econômico – SEMDE, de Transportes – SEMTRAN, de Controle Interno – SEMCI, de Governo – SEMGOV, de Cultura e Turismo – SMTTC, de Esporte e Lazer – SEMEL, de Habitação – SEMHAB, de Ordem Pública – SEOP, de Desenvolvimento Urbano – SEMDUR, de Meio Ambiente – SEMMA, de Políticas sobre Álcool e Drogas – SEMPAD, de Agricultura e Pesca – SEMAPAP, de Conservação – SENCON e de Comunicação – SEMCOM, bem como pelo Gabinete do Prefeito – GP, Gabinete do Vice-Prefeito e pela Procuradoria Geral – PGM, conforme as condições e especificações constantes deste Termo.

2.2. Ressalta-se que as quantidades informadas neste Termo se referem à estimativa de consumo para o período de 12 (doze) meses, a partir do histórico de demandas apurado pelo Almoxarifado Central, bem como pela majoração estimada de aumento da demanda de consumo, considerando o remanejamento das Secretarias do antigo prédio Sede da Prefeitura Municipal de São Gonçalo - PMSG para endereços diferentes, além de contemplar todas as Secretarias que compõem a Administração direta municipal como beneficiárias, bem como o “Programa REFIS”, previsto para ocorrer em três fases do ano de 2023.

3. DA JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

3.1. A futura contratação visa assegurar a manutenção da assepsia dos ambientes utilizados coletivamente, garantir condições adequadas de higiene, asseio e o bom estado de conservação das



dependências, móveis e equipamentos dos Órgãos, a fim de resguardar a saúde e bem-estar dos servidores e do público usuário.

3.2. Nos prédios públicos onde funcionam as respectivas Secretarias, diariamente circula significativo número de servidores e visitantes, destacando-se, principalmente, aqueles que atuam com atendimento ao público em geral, razão pela faz-se importante proporcionar uma estrutura adequada à manutenção da limpeza e higiene, ainda mais em tempos de COVID-19, com o fito de manter um ambiente limpo, higienizado e apropriado para o atendimento da missão institucional de cada órgão.

3.3. Ademais, considerando que a Ata de Registro de Preços nº 011/SEMAD/2021, referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 060/2021, expirou em 19/10/2022, e os estoques desses materiais já se encontram praticamente esgotados, inclusive, alguns itens foram esgotados antes do término da vigência da ARP, em virtude de problemas ocorridos com alguns fornecedores em razão da pandemia de COVID-19, que deixaram de entregar os materiais sob a alegação de aumento das matérias prima, é imperiosa e necessária uma nova contratação, para atender à demanda de materiais de higiene, limpeza e descartáveis.

3.4. Os aludidos bens serão utilizados com objetivo de garantir a manutenção do ambiente quanto à limpeza e à higiene, imprescindíveis para manutenção das atividades desenvolvidas pelos órgãos, a fim de proporcionar estrutura salubre e adequada aos servidores públicos no desempenho das suas funções, bem como à população que busca os serviços prestados pelos órgãos públicos que compõem a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de São Gonçalo.

3.5. Com amparo no disposto no Decreto nº 121/2023, neste certame opta-se por contratar com fundamento nas Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/2002, em detrimento ao novo regime de licitações e contratos instituído pela Lei nº 14.133/21.

3.6. Atendendo à disposição do art. 2º do referido Decreto, esta opção se justifica face à urgência da licitação que se visa deflagrar, visto que a utilização do regramento constante das Leis nº 8.666/93 e 10.520/02, e dos Decretos nº 057/2009 e nº 093/2021 se mostra mais célere, considerando a prática administrativa já consolidada e o risco de descontinuidade do serviço público prestado, haja vista o término da vigência da Ata de Registro nº 011/SEMAD/2021, em 19/10/2022, o esgotamento dos estoques desses materiais e tendo em vista a necessidade de adaptações e adequações dos procedimentos e documentos para atender ao disposto na Nova Lei de Licitações nº 14.133/21, visto que a regulamentação no âmbito municipal para sua aplicação ocorreu apenas em 13/03/2023.

3.7. Assim, a aquisição ora visada justifica-se não só pela necessidade de manter os serviços públicos prestados por esta Administração Pública direta, como também pela necessidade de proteger a higidez dos servidores públicos e daqueles que buscam esses serviços junto ao órgão municipal.



4. DA MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

4.1. A presente licitação será na modalidade **pregão eletrônico, do tipo menor preço por item, a ser processado na forma de registro de preços** em consonância com as Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93, e com os Decretos nº 093/2021 e 057/2009, conforme justificativa constante do **subitem 3**.

4.2. Nos termos do Decreto Municipal nº 057/2009, a Secretaria Municipal de Administração – SEMAD será o Órgão Gestor.

5. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

5.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de **bens comuns**, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por este Termo, pelo Edital e por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei Federal nº 10.520/2002 e do art. 3º, II, do Decreto Municipal nº 093/2021.

6. DO FUNDAMENTO LEGAL

6.1. A aquisição dos bens objeto deste Termo tem amparo legal no Decretos nº 057/2009 e nº 093/2021 e, subsidiariamente, nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

7. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS BENS E QUANTIDADES

7.1. Os insumos e suas respectivas quantidades estão discriminados na planilha abaixo:

Item	Quantidade	Medida	Especificações dos bens
01	1.200	Unidade	Álcool Etilico líquido 70%, indicado para desinfecção. Acondicionado em embalagem lacrada com capacidade de 01 (um) litro, em frasco rotulado transparente de material polietileno de alta densidade. Validade mínima de 01 (um) ano, a contar da data da entrega.
02	800	Galão	Álcool em Gel 70% - Galão de 05 (cinco) litros. Álcool em gel antisséptico, higienizante para as mãos, à base de álcool etílico 70%, em embalagem plástica de 05 (cinco) litros. Composição: Álcool etílico, água purificada, carbomero, neutralizante e desnaturante. Produto com registro na ANVISA e ou Produto Notificado à ANVISA, seguido do número de autorização de funcionamento.
03	1.300	Unidade	Álcool em Gel antisséptico 70%: higienizador para as mãos, com válvula <i>pump</i> , à base de carbopol, com hidratante, embalagem de 500 ml. Produto com registro na ANVISA e ou Produto Notificado à ANVISA, seguido do número de autorização de funcionamento.
04	50	Unidade	Assento para vaso sanitário oval, universal, em material plástico, cor BRANCA, medida aproximada: 44,3 cm x 37,2 cm, ou similar.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

05	100	Unidade	Balde plástico, capacidade de 10 (dez) litros, sem tampa, com alça de alta resistência.
06	5.000	Galão	Hipoclorito de Sódio, líquido, na concentração de 1,0%, acondicionado em galões de 05 (cinco) litros.
07	11.000	Pacote	Copo descartável 200 ml, material em polietileno, para líquidos frios e quentes, estrutura firme e resistente, pacote com 100 (cem) unidades cada.
08	2.000	Pacote	Copo descartável 50 ml, material em polietileno, para líquidos frios e quentes, estrutura firme e resistente, pacote com 100 (cem) unidades cada.
09	90	Lata	Creolina - lata de 750 ml.
10	300	Galão	Cera líquida, cor PRETA – galão de 05 (cinco) litros.
11	900	Galão	Cera líquida, cor INCOLOR – galão de 05 (cinco) litros.
12	3.000	Galão	Detergente líquido biodegradável, NEUTRO, 05 (cinco) litros. Rótulo: N° do Registro na ANVISA, CNPJ da empresa, CRQ do químico responsável, validade, endereço e telefone para contato, data de fabricação e lote impressos no frasco.
13	1.200	Unidade	Detergente líquido biodegradável, NEUTRO, 500ml. Rótulo: N° do Registro na ANVISA, CNPJ da empresa, CRQ do químico responsável, validade, endereço e telefone para contato, data de fabricação e lote impressos no frasco.
14	100	Unidade	Dispenser de papel toalha interfolha, plástico ABS, baixa densidade, alta resistência, medindo aproximadamente 32x26, 7x12,8cm, com travas laterais acionadas por pressão.
15	500	Unidade	Dispenser de papel higiênico tipo rolo - medida aproximada 275x270x120mm.
16	150	Unidade	Escova Sanitária – escova para limpeza de vaso sanitário com cabo de plástico e cerdas em nylon, medindo aproximadamente 14x42cm.
17	100	Unidade	Espanador de pena medindo no mínimo 35cm, ou similar.
18	1500	Unidade	Esponja dupla-face, sendo uma face abrasiva (fibraço) e outra macia (espuma), medindo aproximadamente 110x75x20mm.
19	700	Pacote	Esponja lã de aço, especificação de composição: material lã de aço carbono, textura macia e isenta de sinais de oxidação, composição



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

			impressa na embalagem, acondicionado em embalagem plástica com 08 (oito) unidades de 60 gramas cada.
20	1.000	Unidade	Flanela para limpeza, medindo aproximadamente 40x30cm, cor laranja.
21	4.000	Pacote	Guardanapo de papel, folha dupla, nas dimensões de 22x22cm, pacote com, no mínimo, 50 (cinquenta) unidades, 100% celulose virgem, não reciclado, cor 100% branca, macio, boa capacidade de absorção, sem furos ou materiais estranhos ou sujidades. Embalado de forma a garantir a higiene e integridade do produto até seu uso, cuja embalagem deverá contar externamente entre os dados de identificação, procedência e quantidade.
22	1.500	Unidade	Inseticida aerossol doméstico com baixa toxicidade, sem cheiro, utilizado no combate a multi-insetos, à base de água, embalagem de 300ml.
23	3.500	Unidade	Limpador multiuso, líquido, neutro ou com aroma suave; composição: alquil benzeno sulfonato de sódio, lauramina óxida, alcalinizante; coadjuvante, conservante, aditivo, agente de controle de PH, fragrância e veículo; frasco com 500ml. Deve constar no rótulo: nº do registro na ANVISA, CNPJ da empresa, CRQ do químico responsável, validade, endereço e telefone para contato. Data de fabricação e lote impressos no frasco.
24	200	Unidade	Lixeira plástica 8 (oito) litros, com tampa PRETA, ou similar.
25	500	Unidade	Lustra móveis, brilho seco, embalagem de 200ml.
26	500	Pacote	Naftalina sólida, embalagem plástica resistente – pacote 50g.
27	200	Unidade	Pá para lixo galvanizada, com cabo longo de aproximadamente 80cm em madeira.
28	1.300	Pacote	Pano de limpeza tipo multiuso, medida aproximada de 50x30cm - pacote com 05 (cinco) unidades.
29	1.100	Unidade	Pano para limpeza tipo saco, duplo, alvejado, branco, medindo aproximadamente, 70x50cm.
30	6.000	Pacote	Papel higiênico institucional, branco, medidas aproximadas 10cm x 300m. Folha simples alta qualidade, com 100% de fibras de celulose, papel não reciclado. Rolo com 300m metros para suporte. Pacote com 08 (oito) rolos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

31	10.000	Pacote	Papel toalha interfolhado, tamanho aproximado 20,5 cm de largura x 21,0 cm de comprimento, folhas brancas, 100% celulose virgem, acondicionada em fardos com 1.000 (um mil) folhas, com alto poder de absorção.
32	2.000	Unidade	Pedra sanitária com suporte - fragrância pinho ou lavanda.
33	500	Unidade	Sabão em barra, tipo coco, cor branca, barra de 200g cada; embalados individualmente. Deve constar na embalagem: nº do registro na ANVISA, CNPJ da empresa, CRQ do químico responsável, endereço e telefone para contato; data de fabricação, data de validade e lote.
34	3.000	Unidade	Detergente em pó – do tipo sabão em pó, testado dermatologicamente, essências diversas, devendo conter embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e data de validade, acondicionado em embalagens próprias de 800g, caixa ou saco plástico.
35	3.000	Galão	Sabonete líquido, aspecto viscoso, fragrância suave - embalagem com 05 (cinco) litros.
36	500	Unidade	<i>Dispenser</i> para sabonete líquido, material plástico, com tampa frontal basculante, em plástico reforçado, cor branca, dimensões compatíveis com reservatório solicitado, deve vir acompanhado de reservatório com capacidade de 800ml, com travas laterais.
37	3.500	Pacote	Saco para lixo reforçado, cor preto, capacidade para 50 (cinquenta) litros, medida aproximada de 80 cm de comprimento x 63 cm de largura - pacote com 100 (cem) unidades.
38	4.000	Pacote	Saco para lixo superreforçado, cor preto, capacidade para 100 (cem) litros, medida aproximada de 105 cm de comprimento x 75 cm de largura - pacote com 100 (cem) unidades.
39	1.000	Unidade	Desodorizador de <i>ar spray</i> 360ml, tipo aerossol, com essência lavanda, aplicação como desodorizador de ambientes internos.
40	1.200	Unidade	Vassoura de pelo sintético, base 30cm, com cabo plastificado, rosqueável, com ponteira medindo aproximadamente 1,5m.
41	1.200	Unidade	Vassoura de piaçava chapa nº 3, ou similar, cabo de madeira.
42	5.000	Galão	Desinfetante - bactericida e germicida para uso geral, embalagem com 05 (cinco) litros, essência lavanda ou eucalipto, a embalagem



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

			deverá conter identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e data de validade.
43	1.200	Unidade	Desinfetante - bactericida e germicida para uso geral, embalagem de 500ml, essência lavanda ou eucalipto, a embalagem deverá conter identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e data de validade.
44	500	Unidade.	Rodo com cabo de madeira plastificado com encaixe rosqueado, medindo no mínimo 1,20m de comprimento suporte de madeira medindo aproximadamente 60cm com borracha dupla. Utilização: piso ou qualquer superfície lisa.
45	1.300	Par	Luva – Finalidade: limpeza geral, material 100% látex, cano longo, com antiderrapante na face palmar, flocada internamente, com virola, anatômicas, hipoalergênicas e impermeáveis, cor AMARELA, tamanho M.
46	2.000	Par	Luva – Finalidade: limpeza geral, material 100% látex, cano longo, com antiderrapante na face palmar, flocada internamente, com virola, anatômicas, hipoalergênicas e impermeáveis, cor AMARELA, tamanho G.

7.2. O quantitativo apontado acima leva em consideração o levantamento feito pelo Almoxarifado-Central, considerando o quantitativo de entrada e de saída durante o período de 12 (doze) meses, qual seja, entre 01/01/2022 a 01/01/2023, referente ao utilizado pela SEMAD e SEMFA, e o que foi fornecido pela SEMAD a outras Secretarias durante o período.

7.3. A quantidade estimada para esses itens foi majorada com base no número de Secretarias que serão beneficiadas pela futura ARP.

7.4. Considerando a estimativa de aumento da demanda para o período, as quantidades foram redimensionadas, visto o remanejamento das Secretarias situadas no antigo prédio Sede da Prefeitura para três endereços diferentes, sendo: o prédio do antigo COMPERJ, o Centro Cultural Joaquim Lavoura e o *Shopping Partage*, além de contemplar todas as Secretarias que compõem a Administração direta municipal como beneficiárias, o que aumenta de forma significativa a demanda desses materiais, já que será maior a quantidade de locais para conservação e limpeza, bem como de Secretarias beneficiadas.

7.5. Nesta projeção das quantidades também foi considerada demanda específica da Secretaria de Fazenda, que além da demanda em função do atendimento ao público em geral, realizará o “Programa REFIS São Gonçalo 2023”, que se iniciou no último mês de junho e irá até outubro/2023, no Setor de Atendimento da Secretaria Municipal de Fazenda, localizado no *Partage Shopping*, de segunda a sexta, das 10h às 22h, e aos sábados, domingos e feriados, das 10h às 18h, com expectativa de público elevado,



o que exige logística diferenciada, aumento de consumo de itens de higiene e de limpeza, como sacos de lixo, álcool gel, papel higiênico, papel toalha, sabonete líquido, desinfetante e copos descartáveis, que são imprescindíveis a fim de garantir o atendimento adequado e a devida assepsia e desinfecção do ambiente.

7.6. Ademais, há frisar que as quantidades estimadas poderão ou não ser utilizadas, visto tratar-se de uma Ata de Registro de Preços.

7.7. Por fim, restam claras e bem definidas as especificações dos bens acima elencados, e, por essa razão, não trarão, em regra, qualquer dificuldade às licitantes e/ou prejuízo à licitação que se faz necessária deflagrar.

8. DA ENTREGA

8.1. A aquisição dos objetos do presente Termo de Referência dar-se-á conforme as necessidades da Secretaria de Administração e demais Secretarias beneficiárias, conforme descrição e quantidades constantes do **subitem 7.1.**

8.2. Os materiais de consumo deverão ser entregues **em até 05 (cinco) dias úteis**, a contar da data da entrega do empenho ao fornecedor, conforme o pedido efetuado pela Secretaria de Administração, Órgão Gestor, ao Almoxarifado-Central e na presença do referido responsável, **no seguinte endereço: Travessa Uriscina Vargas, nº 36, Mutondo, São Gonçalo/RJ, no horário das 09h às 16h.**

9. DO REAJUSTAMENTO

9.1. O preço constante da Ata de Registro de Preços, objeto deste Termo, será fixo e irrevogável durante todo o tempo de sua vigência, em conformidade com a legislação vigente.

10. DO PRAZO DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial Eletrônico.

11. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

11.1. A licitante deverá comprovar:

11.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

11.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de o participante ser sucursal, filial ou agência;



11.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/71.

11.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

12.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

12.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

12.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

12.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.5. Prova de regularidade para com o Estado da sua sede, através da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos e da Dívida Ativa;

12.6. Prova de regularidade para com o Município da sua sede, através da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos e da Dívida Ativa;

12.7. Caso a licitante seja considerado isento de inscrição e/ou dos tributos federais, estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração das respectivas Fazendas do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.8. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

12.10. Todos os documentos constantes nos subitens acima deverão ter validade na data estipulada no preâmbulo do Edital para envio da proposta.

12.11. Caso a licitante detentor do menor preço seja Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, ou Sociedade Cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para que receba o tratamento



diferenciado previsto na legislação, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de Regularidade Fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

12.12. A não apresentação de quaisquer dos documentos exigidos ocasionará a imediata inabilitação da licitante.

13. DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

13.1. Certidão negativa de falência(s) ou recuperação(ões) judicial(is) expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

13.2. A licitante que tenha sede onde na Comarca já esteja em funcionamento o Processo Judicial Eletrônico-PJe, a Certidão de falência(s) ou recuperação(ões) judicial(is) deverá ser requerida diretamente ao Tribunal de Justiça do Estado-TJe.

13.3. As certidões descritas no **subitem 13.1** que não possuam prazo de validade expresse deverão ter sido expedidas há menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta.

13.4. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

13.5. Não serão aceitos documentos contábeis com indicação de CNPJ ou NIRE diferentes do da licitante.

13.6. É vedada a sua substituição por Balancetes ou Balanços provisórios.

13.7. O prazo de vigência das Demonstrações Contábeis, e consequente aceitação destas, será considerado conforme previsto no inciso I art. 1.078 do Código Civil.

13.8. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a apresentação de Balanço Patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015).

13.9. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

13.10. É admissível o Balanço intermediário, se decorrer de lei ou Contrato Social/Estatuto Social.

13.11. Caso a licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

13.12. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), em que se encontre resultados superiores a 1 (um), conforme aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$



$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

13.13. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o Capital mínimo ou o Patrimônio Líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

14. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

14.1. Além da habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista, conforme determina a Lei nº 8.666/93, será considerada habilitada no certame, além das exigências administrativas e legais especificadas no Edital, a empresa que apresentar:

14.1.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica em seu nome, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, comprovando a capacidade para fornecer o objeto desta licitação.

14.1.2. Caso tenha havido alteração na razão social e o atestado de capacidade técnica tenha sido com o nome anterior da empresa, esta deverá anexar à documentação cópia da respectiva alteração contratual, devidamente autenticada pela Junta Comercial.

14.1.3. Será permitido o somatório de atestados.

14.1.4. Conforme previsto no art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93, o CONTRATANTE poderá realizar diligência/visita técnica, a fim de se comprovar a veracidade do(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentado(s) pela LICITANTE, quando, poderá ser requerida cópia do(s) contrato(s), nota(s) fiscal(is) ou qualquer outro documento que comprove inequivocamente que o fornecimento apresentado no(s) atestado(s) foi(ram) realizado(s). Encontrada divergência entre o especificado nos atestados e o apurado em eventual diligência, além da desclassificação no processo licitatório, fica sujeita a licitante às penalidades cabíveis.

14.2. Não será aceito atestado de capacidade técnica emitido pela própria licitante.

15. DA VALIDADE DAS PROPOSTAS

15.1. O prazo das propostas não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação.

16. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.



16.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão formular pedido ao órgão gerenciador da ata, com a devida justificação e demonstração da vantagem da adesão pretendida, sem prejuízo do estrito cumprimento das condições exigidas pela Lei nº 8.666/93 e pelo Decreto nº 057/2009.

16.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

16.4. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, consoante o regramento do art. 8º, §3º, do Decreto nº 057/2009 e, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de órgãos e entidades que porventura venham aderir à ata.

17. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

17.1. A Ata de Registro de Preços decorrente deste certame poderá ser cancelada de pleno direito, no todo ou em parte, nas situações previstas neste Termo de Referência, no Edital e seus anexos, e o dispostas na própria Ata.

17.2. O registro será cancelado quando o adjudicatário:

17.2.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

17.2.2. Não retirar a nota de empenho ou o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

17.2.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

17.2.4. For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

17.3. O cancelamento do Registro de Preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovado e justificado:

18. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

18.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser contratado, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de prestar os serviços de forma independente.

19. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

19.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema Comprasnet e concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital e seus anexos, proposta, em formato PDF único, com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos



para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

19.2. Deverá constar na proposta:

19.2.1. Valor unitário e total do item ou percentual de desconto em algarismo, expresso em reais, com duas casas decimais, e o total por extenso;

19.2.2. Marca;

19.2.3. Modelo;

19.2.4. Fabricante;

19.2.5. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável, fabricante, modelo, ano de fabricação, prazo de validade ou de garantia, número do lote, número do registro ou inscrição no órgão competente, quando for o caso.

19.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a CONTRATADA.

19.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

19.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

19.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

19.7. O descumprimento das regras supramencionadas por parte das licitantes pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado e da União, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

20. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR E ENTREGA DO OBJETO

20.1. A CONTRATADA:

20.1.1. Obriga-se a efetuar a entrega dos materiais objeto deste Termo de Referência em perfeitas condições no prazo e local indicados no **subitem 8.2**, em estrita observância às especificações deste instrumento, do Edital e da proposta, acompanhados das respectivas notas fiscais, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

20.1.2. Responsabiliza-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);



20.1.3. Obriga-se a atender prontamente a quaisquer exigências do CONTRATANTE, inerentes ao objeto da presente licitação.

20.1.4. Os deveres previstos nos subitens anteriores implicam na obrigação de a CONTRATADA, a critério do CONTRATANTE, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de **05 (cinco) dias corridos**, o produto com avarias ou prazo de validade vencido.

20.1.5. Deve comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem à data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

20.1.6. Deve manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

20.1.7. Não deve transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas neste **Termo de Referência** ou no contrato, este último caso necessário.

21. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

21.1. São obrigações do **CONTRATANTE**:

21.1.1. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste Termo;

21.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, o material que for entregue em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pela CONTRATADA;

21.1.3. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;

21.1.4. Notificar, por escrito, a CONTRATADA quaisquer irregularidades encontradas no produto.

22. DO RECEBIMENTO (ACEITE)

22.1. O recebimento dos bens objeto deste Termo de Referência dar-se-á pelo responsável do Almoxarifado-Central, nos termos do **subitem 8.2**, da seguinte forma:

22.1.1. Provisoriamente: no prazo de **até 05 (cinco) dias úteis**, pelo(s) responsável(is) pela fiscalização da Ata de Registro de Preços, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

22.1.2. Definitivamente: no prazo máximo de **até 05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, mediante atesto da Requisição/Pedido de Compras.

22.1.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o **subitem 22.1.1** não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.



22.1.4. Somente serão aceitas e enviadas para pagamento as Notas Fiscais acompanhadas da respectiva Requisição/Pedido de Compras e devidamente atestadas pelos fiscais e que espelhem o exposto na referida Requisição/Pedido de Compras.

22.1.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes de possíveis vícios redibitórios.

22.1.6. A Contratada deverá entregar o material em condições adequadas para proteger o conteúdo contra danos durante o transporte, sob condições que envolvam embarques, desembarques, transportes por rodovias, marítimos, ferroviários e/ou aéreos, sendo a empresa vencedora responsável até a entrega em seu destino final, sem ônus para o Contratante.

22.1.7. Só serão aceitos os materiais que estiverem de acordo com as especificações exigidas, acondicionados em suas embalagens originais, constando dados da identificação do material, marca do fabricante, dimensões, composição, data de fabricação, prazo de validade, sem degradação ou violação, em estado intacto, sem defeitos, avarias ou uso aparentes, presença e conformidade da Nota Fiscal correspondente, demais referências que permitam a perfeita análise e aceitação.

22.1.8. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a consta da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

22.1.9. A Contratada responsabiliza-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do objeto deste Termo, correndo a cargo do Contratante apenas o pagamento dos valores registrados para o fornecimento do objeto.

22.2. Após o recebimento, caso a entrega dos materiais esteja de acordo com o exigido neste **Termo de Referência**, as notas fiscais serão atestadas por 02 (dois) servidores indicados pelo Secretário da pasta solicitante e encaminhadas para pagamento.

23. DA GARANTIA

23.1. Os bens objeto deste Termo deverão ter garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses após a entrega, ou prazo maior, conforme especificações dos fabricantes.

24. DO PAGAMENTO

24.1. Os pagamentos serão creditados em conta corrente de titularidade da CONTRATADA, desde que o pedido seja instruído com:

- a) Nota Fiscal devidamente atestada pelos 02 (dois) Fiscais do Contrato;
- b) Certidão de Regularidade do Empregador (FGTS);
- c) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;



- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; e
- e) Certidão de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Pública Municipal de São Gonçalo.
- 24.2.** O pagamento não poderá ser superior ao prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento da respectiva parcela.
- 24.3.** O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados ao fornecimento e montagem dos bens, assim como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 24.4.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

Sendo:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e o pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de Compensação Financeira Diária = 0,00016438, assim apurado:

$$I \text{ Anual} = 6\%; I \text{ Diário} = I \text{ Anual}/365; I \text{ Diário} = (6/100/365) = 0,000164384.$$

25. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

25.1. O CONTRATANTE poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

26. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

26.1. A fiscalização da execução do objeto deste Termo será exercida por 02 (dois) servidores públicos indicados pela Secretaria Municipal de Administração, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto, e de tudo dará ciência ao CONTRATANTE.

26.2. Os fiscais do CONTRATANTE deverão ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do objeto deste Termo de Referência.

26.3. A fiscalização de que trata o **subitem 26.1** não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de



imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior; e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de servidores, consoante o disposto no art. 70 da Lei nº 8.666/93.

26.4. Os fiscais anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

27. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

27.1. Pela mora na execução e/ou inexecução total ou parcial do objeto definido neste TERMO DE REFERÊNCIA, o CONTRATANTE aplicará à CONTRATADA as penalidades previstas na legislação pertinente.

27.2. Serão aplicadas penalidades no caso de execução do objeto deste Termo em desacordo com as especificações e com a proposta fora dos prazos estabelecidos e quando não forem cumpridas as condições de garantia contra falhas e ou defeitos, tais como:

27.2.1. Advertência;

27.2.2. Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

27.2.3. Suspensão temporária;

27.2.4. Declaração de inidoneidade.

27.3. Aplicação da Advertência por escrito:

27.3.1. Caso a CONTRATADA infrinja quaisquer das obrigações ajustadas no CONTRATO e for a primeira falta, ser-lhe-á aplicada uma Advertência por escrito. Neste caso, será concedido, formalmente, pela **FISCALIZAÇÃO**, prazo à CONTRATADA para sanar as irregularidades.

27.4. Aplicação de Multa por Atraso Injustificado ou Inexecução Total ou Parcial do Objeto do Contrato:

27.4.1. Os servidores designados a exercerem a fiscalização da execução do contrato, observados os prazos estabelecidos para seu cumprimento integral ou parcial, deverão comunicar à autoridade responsável pela contratação a ocorrência de atraso injustificado em sua execução, bem como a sua inexecução total ou parcial, a fim de viabilizar a aplicação das multas previstas na Lei nº 8.666/93.

27.4.2. A multa, à que se referem o art. 86 e o inciso II do art. 87 da Lei nº 8.666/93, pode ser definida e aplicada nas situações seguintes:

- a) por atraso, nos Contratos de Compras, em geral;
- b) por inexecução total ou parcial;
- c) no caso de atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso;



d) no caso de atraso entre o 31º (trigésimo primeiro) dia até o 60º (sexagésimo) dia, multa de 8% (oito por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso.

27.5. Disposições Gerais com relação à aplicação da multa:

27.5.1. Poderá ser aplicada Multa Especial, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor da contratação, quando a CONTRATADA, sem a existência de motivo justo, der causa à sua rescisão.

27.5.2. Em toda e qualquer fase ou etapa da contratação, estará a CONTRATADA sujeita à multa correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação.

27.5.3. As multas, quando cabíveis e aplicáveis, serão cumulativas com as demais penalidades, eventualmente passíveis de imposição.

27.5.4. As multas serão recolhidas em favor do CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação do ato que as impuser à CONTRATADA, assegurados, em qualquer caso, o contraditório e a ampla defesa, consoante a regra prevista na alínea “F” do inciso I do art.109 da Lei nº 8.666/93.

27.5.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova da sua não aplicabilidade por ato formal do **Secretário Municipal de Administração**.

27.5.6. Se os valores das multas referidas nos itens anteriores não forem pagos ou depositados voluntariamente pela CONTRATADA, no prazo estipulado no **subitem 27.5.4**, será promovido o desconto do valor devido, primeiramente executando-se a garantia (se houver) e se esta não for suficiente, descontando-se o valor da multa das parcelas a serem pagas. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito por parte da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado judicialmente.

27.5.7. A imposição de qualquer penalidade não exime a CONTRATADA do cumprimento de suas obrigações, nem de promover as medidas necessárias para reparar ou ressarcir eventuais danos, perdas e prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à **Administração Pública**.

27.5.8. Será considerado como inexecução total do Contrato, por parte da CONTRATADA, atraso superior a 60 (sessenta) dias corridos.

27.5.9. Em todos os casos, a penalidade de multa será aplicada pelo **Secretário Municipal de Administração**.

27.6. Suspensão temporária: É a penalidade que suspende a participação em **Licitação** e declara o impedimento de contratar com o **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**, por prazo não superior a 2 (dois) anos, a ser estabelecida pelo Chefe do Poder Executivo, em despacho fundamentado e publicado no Diário Oficial.



27.7. Declaração de inidoneidade: É a declaração que impede a Empresa **Licitante** ou **CONTRATADA** de licitar ou contratar com a **Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Poderá haver a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, assim que a **Licitante** ou **CONTRATADA** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

27.8. O processo de pedido de **Declaração de Inidoneidade** da **Licitante** ou **CONTRATADA** será encaminhado à **Procuradoria Geral do Município** para apreciação, antes de ser publicado.

28. DA SUBCONTRATAÇÃO

28.1. Tendo em vista a natureza do objeto, não serão admitidas subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto do deste Termo, associação da **CONTRATADA** com outrem, bem como a fusão, a cisão ou a incorporação não aceita pelo **CONTRATANTE**, que impliquem em substituição da **CONTRATADA** por outra empresa e comprometa a execução do contrato.

29. DA GARANTIA FINANCEIRA DA EXECUÇÃO

29.1. Não será exigida garantia de execução para o objeto deste Termo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

ANEXO II
PROPOSTA COMERCIAL

Proponente:						
Endereço:						
Modalidade: Pregão Eletrônico SRP __				Nº ____/2023		
Validade da Proposta: 60(sessenta)dias				Prazo de Entrega: Conforme TR. (Anexo I)		
CNPJ.:				Insc.Estadual:		
Condições de Pagamento: CONFORME ESPECIFICADO NO EDITAL						
ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO		
				MARCA	UNIT	TOTAL
1	1200	Unidade	Álcool Etfílico líquido 70%, indicado para desinfecção. Acondicionado em embalagem lacrada com capacidade de 01 (um) litro, em frasco rotulado transparente de material polietileno de alta densidade. Validade mínima de 01 (um) ano, a contar da data da entrega. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
2	800	Galão	Álcool em Gel 70% - Galão de 05 (cinco) litros. Álcool em gel antisséptico, higienizante para as mãos, à base de álcool etílico 70%, em embalagem plástica de 05 (cinco) litros. Composição: Álcool etílico, água purificada, carbomero, neutralizante e desnaturante. Produto com registro na ANVISA e ou Produto Notificado à ANVISA, seguido do número de autorização de funcionamento. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
3	1300	Unidade	Álcool em Gel antisséptico 70%: higienizador para as mãos, com válvula <i>pump</i> , à base de carbopol, com hidratante, embalagem de 500 ml. Produto com registro na ANVISA e ou Produto Notificado à ANVISA, seguido do número de autorização de funcionamento. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
4	50	Unidade	Assento para vaso sanitário oval, universal, em material plástico, cor BRANCA, medida aproximada: 44,3 cm x 37,2 cm, ou similar. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
5	100	Unidade	Balde plástico, capacidade de 10 (dez) litros, sem tampa, com alça de alta resistência. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
6	5000	Galão	Hipoclorito de Sódio, líquido, na concentração de 1,0%, acondicionado em galões de 05 (cinco) litros. ITEM NÃO EXCLUSIVO			
7	11000	Pacote	Copo descartável 200 ml, material em polietileno, para líquidos frios e quentes, estrutura firme e resistente, pacote com 100 (cem) unidades cada. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
8	2000	Pacote	Copo descartável 50 ml, material em polietileno, para líquidos frios e quentes, estrutura firme e resistente, pacote com 100 (cem) unidades cada. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
9	90	Lata	Creolina - lata de 750 ml. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
10	300	Galão	Cera líquida, cor PRETA – galão de 05 (cinco) litros. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
11	900	Galão	Cera líquida, cor INCOLOR – galão de 05 (cinco) litros. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
12	3000	Galão	Detergente líquido biodegradável, NEUTRO, 05 (cinco) litros. Rótulo: N° do Registro na ANVISA, CNPJ da empresa, CRQ do químico responsável, validade, endereço e telefone para contato, data de fabricação e lote impressos no frasco. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

13	1200	Unidade	Detergente líquido biodegradável, NEUTRO, 500ml. Rótulo: N° do Registro na ANVISA, CNPJ da empresa, CRQ do químico responsável, validade, endereço e telefone para contato, data de fabricação e lote impressos no frasco. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
14	100	Unidade	Dispenser de papel toalha interfolha, plástico ABS, baixa densidade, alta resistência, medindo aproximadamente 32x26, 7x12,8cm, com travas laterais acionadas por pressão. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
15	500	Unidade	Dispenser de papel higiênico tipo rolo - medida aproximada 275x270x120mm. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
16	150	Unidade	Escova Sanitária – escova para limpeza de vaso sanitário com cabo de plástico e cerdas em nylon, medindo aproximadamente 14x42cm. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
17	100	Unidade	Espanador de pena medindo no mínimo 35cm, ou similar. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
18	1500	Unidade	Esponja dupla-face, sendo uma face abrasiva (fibraço) e outra macia (espuma), medindo aproximadamente 110x75x20mm. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
19	700	Pacote	Esponja lã de aço, especificação de composição: material lã de aço carbono, textura macia e isenta de sinais de oxidação, composição impressa na embalagem, acondicionado em embalagem plástica com 08 (oito) unidades de 60 gramas cada. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
20	1000	Unidade	Flanela para limpeza, medindo aproximadamente 40x30cm, cor laranja. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
21	4000	Pacote	Guardanapo de papel, folha dupla, nas dimensões de 22x22cm, pacote com, no mínimo, 50 (cinquenta) unidades, 100% celulose virgem, não reciclado, cor 100% branca, macio, boa capacidade de absorção, sem furos ou materiais estranhos ou sujidades. Embalado de forma a garantir a higiene e integridade do produto até seu uso, cuja embalagem deverá contar externamente entre os dados de identificação, procedência e quantidade. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
22	1500	Unidade	Inseticida aerossol doméstico com baixa toxicidade, sem cheiro, utilizado no combate a multi-insetos, à base de água, embalagem de 300ml. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
23	3500	Unidade	Limpador multiuso, líquido, neutro ou com aroma suave; composição: alquil benzeno sulfonato de sódio, lauramina óxida, alcalinizante; coadjuvante, conservante, aditivo, agente de controle de PH, fragrância e veículo; frasco com 500ml. Deve constar no rótulo: n° do registro na ANVISA, CNPJ da empresa, CRQ do químico responsável, validade, endereço e telefone para contato. Data de fabricação e lote impressos no frasco. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
24	200	Unidade	Lixeira plástica 8 (oito) litros, com tampa PRETA, ou similar. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
25	500	Unidade	Lustra móveis, brilho seco, embalagem de 200ml. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
26	500	Pacote	Naftalina sólida, embalagem plástica resistente – pacote 50g. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
27	200	Unidade	Pá para lixo galvanizada, com cabo longo de aproximadamente 80cm em madeira. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
28	1300	Pacote	Pano de limpeza tipo multiuso, medida aproximada de 50x30cm - pacote com 05 (cinco) unidades. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
29	1100	Unidade	Pano para limpeza tipo saco, duplo, alvejado, branco, medindo aproximadamente, 70x50cm. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

30	6000	Pacote	Papel higiênico institucional, branco, medidas aproximadas 10cm x 300m. Folha simples alta qualidade, com 100% de fibras de celulose, papel não reciclado. Rolo com 300m metros para suporte. Pacote com 08 (oito) rolos. ITEM NÃO EXCLUSIVO			
31	10000	Pacote	Papel toalha interfolhado, tamanho aproximado 20,5 cm de largura x 21,0 cm de comprimento, folhas brancas, 100% celulose virgem, acondicionada em fardos com 1.000 (um mil) folhas, com alto poder de absorção. ITEM NÃO EXCLUSIVO			
32	2000	Unidade	Pedra sanitária com suporte - fragrância pinho ou lavanda. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
33	500	Unidade	Sabão em barra, tipo coco, cor branca, barra de 200g cada; embalados individualmente. Deve constar na embalagem: nº do registro na ANVISA, CNPJ da empresa, CRQ do químico responsável, endereço e telefone para contato; data de fabricação, data de validade e lote. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
34	3000	Unidade	Detergente em pó – do tipo sabão em pó, testado dermatologicamente, essências diversas, devendo conter embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e data de validade, acondicionado em embalagens próprias de 800g, caixa ou saco plástico. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
35	3000	Galão	Sabonete líquido, aspecto viscoso, fragrância suave - embalagem com 05 (cinco) litros. ITEM NÃO EXCLUSIVO			
36	500	Unidade	Dispenser para sabonete líquido, material plástico, com tampa frontal basculante, em plástico reforçado, cor branca, dimensões compatíveis com reservatório solicitado, deve vir acompanhado de reservatório com capacidade de 800ml, com travas laterais. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
37	3500	Pacote	Saco para lixo reforçado, cor preto, capacidade para 50 (cinquenta) litros, medida aproximada de 80 cm de comprimento x 63 cm de largura - pacote com 100 (cem) unidades. ITEM NÃO EXCLUSIVO			
38	4000	Pacote	Saco para lixo superreforçado, cor preto, capacidade para 100 (cem) litros, medida aproximada de 105 cm de comprimento x 75 cm de largura - pacote com 100 (cem) unidades. ITEM NÃO EXCLUSIVO			
39	1000	Unidade	Desodorizador de ar spray 360ml, tipo aerossol, com essência lavanda, aplicação como desodorizador de ambientes internos. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
40	1200	Unidade	Vassoura de pelo sintético, base 30cm, com cabo plastificado, rosqueável, com ponteira medindo aproximadamente 1,5m. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
41	1200	Unidade	Vassoura de piaçava chapa nº 3, ou similar, cabo de madeira. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
42	5000	Galão	Desinfetante - bactericida e germicida para uso geral, embalagem com 05 (cinco) litros, essência lavanda ou eucalipto, a embalagem deverá conter identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e data de validade. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
43	1200	Unidade	Desinfetante - bactericida e germicida para uso geral, embalagem de 500ml, essência lavanda ou eucalipto, a embalagem deverá conter identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e data de validade. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
44	500	Unidade	Rodo com cabo de madeira plastificado com encaixe rosqueado, medindo no mínimo 1,20m de comprimento suporte de madeira medindo aproximadamente 60cm com borracha dupla. Utilização: piso ou qualquer superfície lisa. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
45	1300	Par	Luva – Finalidade: limpeza geral, material 100% látex, cano longo, com antiderrapante na face palmar, flocada internamente, com virola, anatômicas, hipoalergênicas e impermeáveis, cor AMARELA, tamanho M. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

46	2000	Par	Luva – Finalidade: limpeza geral, material 100% látex, cano longo, com antiderrapante na face palmar, flocada internamente, com virola, anatômicas, hipoalergênicas e impermeáveis, cor AMARELA, tamanho G. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS			
Valor total:						
TOTAL POR EXTENSO R\$ _____						
DATA						
CARIMBO E ASSINATURA DA PROPONENTE						

Obs.: Havendo divergência entre as especificações da codificação CATMAT e o descritivo constante no presente Termo de Referência prevalecerá o Termo de Referência em consonância ao Princípio da Vinculação ao Ato Convocatório.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

ANEXO III
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO	
				UNIT	TOTAL
1	1200	Unidade	Álcool Etilico líquido 70%, indicado para desinfecção. Acondicionado em embalagem lacrada com capacidade de 01 (um) litro, em frasco rotulado transparente de material polietileno de alta densidade. Validade mínima de 01 (um) ano, a contar da data da entrega. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 8,40	R\$ 10.080,00
2	800	Galão	Álcool em Gel 70% - Galão de 05 (cinco) litros. Álcool em gel antisséptico, higienizante para as mãos, à base de álcool etílico 70%, em embalagem plástica de 05 (cinco) litros. Composição: Álcool etílico, água purificada, carbomero, neutralizante e desnaturante. Produto com registro na ANVISA e ou Produto Notificado à ANVISA, seguido do número de autorização de funcionamento. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 64,68	R\$ 51.744,00
3	1300	Unidade	Álcool em Gel antisséptico 70%: higienizador para as mãos, com válvula pump, à base de carbopol, com hidratante, embalagem de 500 ml. Produto com registro na ANVISA e ou Produto Notificado à ANVISA, seguido do número de autorização de funcionamento. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 6,88	R\$ 8.944,00
4	50	Unidade	Assento para vaso sanitário oval, universal, em material plástico, cor BRANCA, medida aproximada: 44,3 cm x 37,2 cm, ou similar. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 30,28	R\$ 1.514,00
5	100	Unidade	Balde plástico, capacidade de 10 (dez) litros, sem tampa, com alça de alta resistência. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 8,54	R\$ 854,00
6	5000	Galão	Hipoclorito de Sódio, líquido, na concentração de 1,0%, acondicionado em galões de 05 (cinco) litros. ITEM NÃO EXCLUSIVO	R\$ 33,02	R\$ 165.100,00
7	11000	Pacote	Copo descartável 200 ml, material em polietileno, para líquidos frios e quentes, estrutura firme e resistente, pacote com 100 (cem) unidades cada. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 5,53	R\$ 60.830,00
8	2000	Pacote	Copo descartável 50 ml, material em polietileno, para líquidos frios e quentes, estrutura firme e resistente, pacote com 100 (cem) unidades cada. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 3,24	R\$ 6.480,00
9	90	Lata	Creolina - lata de 750 ml. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 18,62	R\$ 1.675,80
10	300	Galão	Cera líquida, cor PRETA – galão de 05 (cinco) litros. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 56,95	R\$ 17.085,00
11	900	Galão	Cera líquida, cor INCOLOR – galão de 05 (cinco) litros. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 29,14	R\$ 26.226,00
12	3000	Galão	Detergente líquido biodegradável, NEUTRO, 05 (cinco) litros. Rótulo: N° do Registro na ANVISA, CNPJ da empresa, CRQ do químico responsável, validade, endereço e telefone para contato, data de fabricação e lote impressos no frasco. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 18,47	R\$ 55.410,00
13	1200	Unidade	Detergente líquido biodegradável, NEUTRO, 500ml. Rótulo: N° do Registro na ANVISA, CNPJ da empresa, CRQ do químico responsável, validade, endereço e telefone para contato, data de fabricação e lote impressos no frasco. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 2,11	R\$ 2.532,00
14	100	Unidade	Dispenser de papel toalha interfolha, plástico ABS, baixa densidade, alta resistência, medindo aproximadamente 32x26, 7x12,8cm, com travas laterais acionadas por pressão. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 33,40	R\$ 3.340,00
15	500	Unidade	Dispenser de papel higiênico tipo rolo - medida aproximada 275x270x120mm. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 32,21	R\$ 16.105,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

16	150	Unidade	Escova Sanitária – escova para limpeza de vaso sanitário com cabo de plástico e cerdas em nylon, medindo aproximadamente 14x42cm. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 5,29	R\$ 793,50
17	100	Unidade	Espanador de pena medindo no mínimo 35cm, ou similar. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 33,35	R\$ 3.335,00
18	1500	Unidade	Esponja dupla-face, sendo uma face abrasiva (fibrão) e outra macia (espuma), medindo aproximadamente 110x75x20mm. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 1,23	R\$ 1.845,00
19	700	Pacote	Esponja lã de aço, especificação de composição: material lã de aço carbono, textura macia e isenta de sinais de oxidação, composição impressa na embalagem, acondicionado em embalagem plástica com 08 (oito) unidades de 60 gramas cada. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 3,23	R\$ 2.261,00
20	1000	Unidade	Flanela para limpeza, medindo aproximadamente 40x30cm, cor laranja. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 2,98	R\$ 2.980,00
21	4000	Pacote	Guardanapo de papel, folha dupla, nas dimensões de 22x22cm, pacote com, no mínimo, 50 (cinquenta) unidades, 100% celulose virgem, não reciclado, cor 100% branca, macio, boa capacidade de absorção, sem furos ou materiais estranhos ou sujidades. Embalado de forma a garantir a higiene e integridade do produto até seu uso, cuja embalagem deverá contar externamente entre os dados de identificação, procedência e quantidade. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 3,02	R\$ 12.080,00
22	1500	Unidade	Inseticida aerossol doméstico com baixa toxicidade, sem cheiro, utilizado no combate a multi-insetos, à base de água, embalagem de 300ml. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 11,63	R\$ 17.445,00
23	3500	Unidade	Limpador multiuso, líquido, neutro ou com aroma suave; composição: alquil benzeno sulfonato de sódio, lauramina óxida, alcalinizante; coadjuvante, conservante, aditivo, agente de controle de PH, fragrância e veículo; frasco com 500ml. Deve constar no rótulo: nº do registro na ANVISA, CNPJ da empresa, CRQ do químico responsável, validade, endereço e telefone para contato. Data de fabricação e lote impressos no frasco. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 3,01	R\$ 10.535,00
24	200	Unidade	Lixeira plástica 8 (oito) litros, com tampa PRETA, ou similar. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 24,98	R\$ 4.996,00
25	500	Unidade	Lustra móveis, brilho seco, embalagem de 200ml. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 4,67	R\$ 2.335,00
26	500	Pacote	Naftalina sólida, embalagem plástica resistente – pacote 50g. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 3,02	R\$ 1.510,00
27	200	Unidade	Pá para lixo galvanizada, com cabo longo de aproximadamente 80cm em madeira. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 8,63	R\$ 1.726,00
28	1300	Pacote	Pano de limpeza tipo multiuso, medida aproximada de 50x30cm - pacote com 05 (cinco) unidades. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 4,19	R\$ 5.447,00
29	1100	Unidade	Pano para limpeza tipo saco, duplo, alvejado, branco, medindo aproximadamente, 70x50cm. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 5,98	R\$ 6.578,00
30	6000	Pacote	Papel higiênico institucional, branco, medidas aproximadas 10cm x 300m. Folha simples alta qualidade, com 100% de fibras de celulose, papel não reciclado. Rolo com 300m metros para suporte. Pacote com 08 (oito) rolos. ITEM NÃO EXCLUSIVO	R\$ 51,31	R\$ 307.860,00
31	10000	Pacote	Papel toalha interfolhado, tamanho aproximado 20,5 cm de largura x 21,0 cm de comprimento, folhas brancas, 100% celulose virgem, acondicionada em fardos com 1.000 (um mil) folhas, com alto poder de absorção. ITEM NÃO EXCLUSIVO	R\$ 14,05	R\$ 140.500,00
32	2000	Unidade	Pedra sanitária com suporte - fragrância pinho ou lavanda. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 2,01	R\$ 4.020,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

33	500	Unidade	Sabão em barra, tipo coco, cor branca, barra de 200g cada; embalados individualmente. Deve constar na embalagem: nº do registro na ANVISA, CNPJ da empresa, CRQ do químico responsável, endereço e telefone para contato; data de fabricação, data de validade e lote. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 3,03	R\$ 1.515,00
34	3000	Unidade	Detergente em pó – do tipo sabão em pó, testado dermatologicamente, essências diversas, devendo conter embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e data de validade, acondicionado em embalagens próprias de 800g, caixa ou saco plástico. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 5,57	R\$ 16.710,00
35	3000	Galão	Sabonete líquido, aspecto viscoso, fragrância suave - embalagem com 05 (cinco) litros. ITEM NÃO EXCLUSIVO	R\$ 34,81	R\$ 104.430,00
36	500	Unidade	Dispenser para sabonete líquido, material plástico, com tampa frontal basculante, em plástico reforçado, cor branca, dimensões compatíveis com reservatório solicitado, deve vir acompanhado de reservatório com capacidade de 800ml, com travas laterais. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 32,37	R\$ 16.185,00
37	3500	Pacote	Saco para lixo reforçado, cor preto, capacidade para 50 (cinquenta) litros, medida aproximada de 80 cm de comprimento x 63 cm de largura - pacote com 100 (cem) unidades. ITEM NÃO EXCLUSIVO	R\$ 29,49	R\$ 103.215,00
38	4000	Pacote	Saco para lixo superreforçado, cor preto, capacidade para 100 (cem) litros, medida aproximada de 105 cm de comprimento x 75 cm de largura - pacote com 100 (cem) unidades. ITEM NÃO EXCLUSIVO	R\$ 38,58	R\$ 154.320,00
39	1000	Unidade	Desodorizador de ar spray 360ml, tipo aerossol, com essência lavanda, aplicação como desodorizador de ambientes internos. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 12,20	R\$ 12.200,00
40	1200	Unidade	Vassoura de pelo sintético, base 30cm, com cabo plastificado, rosqueável, com ponteira medindo aproximadamente 1,5m. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 12,98	R\$ 15.576,00
41	1200	Unidade	Vassoura de piaçava chapa nº 3, ou similar, cabo de madeira. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 18,17	R\$ 21.804,00
42	5000	Galão	Desinfetante - bactericida e germicida para uso geral, embalagem com 05 (cinco) litros, essência lavanda ou eucalipto, a embalagem deverá conter identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e data de validade. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 13,26	R\$ 66.300,00
43	1200	Unidade	Desinfetante - bactericida e germicida para uso geral, embalagem de 500ml, essência lavanda ou eucalipto, a embalagem deverá conter identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e data de validade. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 3,42	R\$ 4.104,00
44	500	Unidade	Rodo com cabo de madeira plastificado com encaixe rosqueado, medindo no mínimo 1,20m de comprimento suporte de madeira medindo aproximadamente 60cm com borracha dupla. Utilização: piso ou qualquer superfície lisa. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 16,16	R\$ 8.080,00
45	1300	Par	Luva – Finalidade: limpeza geral, material 100% látex, cano longo, com antiderrapante na face palmar, flocada internamente, com virola, anatômicas, hipoalergênicas e impermeáveis, cor AMARELA, tamanho M. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 5,10	R\$ 6.630,00
46	2000	Par	Luva – Finalidade: limpeza geral, material 100% látex, cano longo, com antiderrapante na face palmar, flocada internamente, com virola, anatômicas, hipoalergênicas e impermeáveis, cor AMARELA, tamanho G. ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 5,10	R\$ 10.200,00

Valor total: R\$ 1.495.435,30

TOTAL POR EXTENSO: UM MILHÃO QUATROCENTOS E NOVENTA E CINCO MIL QUATROCENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E TRINTA CENTAVOS



ANEXO IV

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

(SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO)

N.º ____/2023

A Prefeitura Municipal de São Gonçalo, com sede à Rua Dr. Feliciano Sodré, nº 100 – Centro, na cidade de São Gonçalo, inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº 28.636.579/0001-00, neste ato representado(a) pelo (a) _____ **SECRETARIO MUNICIPAL DE** _____ nomeado(a) pela Portaria nº ____ de ____ de ____ de 20____, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de São Gonçalo de ____ de ____ de 20____, inscrito(a) no CPF sob o nº ____-____-____ portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ____/2023, publicada no ____ de ____/____/2023, processo administrativo n.º **12.843/2023** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto Municipal n.º 057, de 2009, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a futura e eventual aquisição de materiais de limpeza e de descartáveis que serão utilizados pela Secretaria Municipal de Administração e Secretarias beneficiárias, especificado no item 1 do Termo de Referência, anexo I do edital de *Pregão Eletrônico* SRP nº ____/2023, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade

3. ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

3.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade



4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, contados a partir de sua publicação, não podendo ser prorrogada.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros de preços nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.



5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. por razão de interesse público; ou

5.9.2. a pedido do fornecedor.

6. CONDIÇÕES GERAIS

6.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do Decreto Municipal n. 057, de 2009.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)